

A CULTURA POLÍTICA DE JOÃO BRÍGIDO DOS SANTOS: POLÍTICA, MAÇONARIA E IMPRENSA (1859 – 1919)

Renato Rios

Mestre em História e Culturas pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em História e Culturas (MAHIS/UECE), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e orientado pela Prof^ª Dr^ª Lucili Grangeiro Cortez. Pesquisador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em História e Culturas (DÍCTIS/UECE). Professor Efetivo dos Cursos de História, Pedagogia e Serviço Social das Faculdades INTA, Sobral – CE.

**A CULTURA POLÍTICA DE JOÃO BRÍGIDO DOS SANTOS:
POLÍTICA, MAÇONARIA E IMPRENSA (1859 – 1919)****THE POLITICAL CULTURE OF JOÃO BRÍGIDO DOS SANTOS:
POLICY, FREEMASONRY AND PRESS (1859 – 1919)**

Renato Rios

RESUMO

Nesse trabalho, buscamos analisar a construção de uma Cultura Política em João Brígido a partir de alguns locais de pertencimento em que este intelectual se mostrava atuante, durante a segunda metade do séc. XIX e as primeiras décadas do século XX. Para tanto, pontuamos rapidamente três momentos oportunos de atuação de João Brígido: o meio político e o caráter mais amplo que esse conceito pode suscitar; a maçonaria, como espaço de discussão da produção de conhecimento e de luta contra os inimigos deste intelectual, principalmente, ligados à Igreja Católica; e a imprensa, principal espaço de atuação e articulação de Brígido.

PALAVRAS-CHAVE: João Brígido; Cultura Política; Imprensa.

ABSTRACT

In this paper we analyze the construction of a Political Culture in João Brígido starting from some belonging places where this intellectual was active during the second half of the 19th and the early 20th century. For this, we point three quick appropriate moments of João Brígido acting: the political environment and the broader perspective that this concept may raise; Freemasonry as a space for discussion of knowledge production and fight against the enemies of this intellectual, mainly linked to the Catholic Church; and the press, the main performance space and articulation of Brígido.

KEYWORDS: João Brígido; Political Culture; Press

INTRODUÇÃO

“Os textos [...] quando são interrogados [...], transmitem uma informação sobre seu modo de usar”.

Pierre Bourdieu

Chamamos atenção inicialmente ao ano de 1887, quando uma salva de palmas repleta de furor ecoava após a conclusão do discurso proferido pelo Comendador Joaquim Norberto de Souza Silva, perante membros da intelectualidade brasileira, no Paço Imperial na cidade do Rio de Janeiro. O então presidente declarava abertas as comemorações dos cinquenta anos do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB. Dentre vários eventos, uma dessas reuniões comemorativas, ocorrera em dezembro do mesmo ano, tendo como orador Affonso d’Escragnolle Taunay, conhecido como Visconde de Taunay, que discursou inclusive perante o Imperador, em sessão magna. (Revista do IHGB, 1887).

Entre textos publicados nas comemorações dessa Instituição, um deles refere-se à Província do Ceará e foi escrito por João Brígido dos Santos. Esse texto faz um ligeiro apanhado do que seria a geografia da região, passando por alguns aspectos de seu povoamento, tendo a seca como uma das personagens, e abarcando, além de guerras civis entre as famílias que se formavam, do início do povoamento da região no século XVII pelos portugueses até o alistamento para compor o contingente que partiu para lutar na Guerra do Paraguai, já na segunda metade do século XIX (Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, TOMO LI, 1888, p. 65-71). Publicado como “Povoamento do Ceará”, esse texto marca um dos principais momentos de Brígido dentro do IHGB e é a partir da percepção desse produtor de textos sobre o passado, desse narrador transitório entre duas perspectivas (a cientificidade da escrita e a construção de uma memória) que parecem ter fronteiras tênues em sua produção desenvolvida no decorrer da segunda metade do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX que nos debruçamos, tentando entender os entremeios dessa narrativa e suas relações com a vida pessoal e política desse autor.

Nossa análise perpassa momentos de tensão e marcos na produção desse intelectual, justificada por dois motivos que se mostraram interessantes: primeiramente, o século XIX é marcado pela efervescência de um aparato teórico-metodológico, amplamente utilizado por diversas disciplinas para definirem seus limites e áreas de atuação enquanto

ciência. Essa discussão amplamente desenvolvida por uma historiografia das ciências¹ também tem a História como um exemplo, e se no Brasil temos como marco a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1838, durante a segunda metade do século XIX houve um alargamento dessas perspectivas historiográficas, inclusive com o contato com outras disciplinas que vinham ganhando força, como a Sociologia. Mesmo que as discussões sobre os modos de se escrever a História do Brasil (e com isso, as das províncias) estivessem muitas vezes relacionadas a como não escrever essa história dentro dos espaços de discussão (CÉZAR, 2004), o século XIX – mais precisamente, a sua segunda metade – mostra-se um campo fecundo para a discussão aqui proposta, principalmente após a década de 1870, quando acontece a valorização da história local como elemento compositor da nacional. Contudo, entendemos que pensar o passado é também formar um campo histórico entre esses intelectuais, por mais que muitas vezes esse “projeto” tenha sido muito mais marcante e verossímil dentro do campo literário.

Ainda assim, intelectuais responsáveis por narrativas históricas formulavam as primeiras representações sobre o passado do Ceará na segunda metade do século XIX e João Brígido se inseria nessa perspectiva, mesmo que com uma postura por vezes diferente da de seus pares. Postura essa que aponta como o segundo motivo da escolha desse recorte. A respeito das duas primeiras décadas do século XX, utilizá-las-emos por nos parecer um momento de maturidade de João Brígido, nas suas posições políticas e escolhas editoriais, mas sem se desatrear de seu estilo combativo. Afinal, João Brígido é um sujeito do século XIX. A partir desses dois momentos, utilizamos marcos de escrita de João Brígido para situá-lo dentre seus pares, observando a trajetória de suas narrativas históricas, nosso principal objeto de análise, pois o período que abarca a segunda metade dos oitocentos e o início dos novecentos é marcado pela ascensão de campos de disputa e discussão dos intelectuais nos principais centros econômicos do Brasil.

Tendo em vista a vasta produção desse autor e na busca de delimitar os recortes cronológicos, espaciais e temáticos de nossa pesquisa, passamos a fazer um diálogo com a

¹ Historiadores vêm discutindo de maneira aprofundada os avanços e impactos sociais das descobertas científicas e desenvolvimentos de suas técnicas desde a Idade Média, principalmente passando pela Renascença e chegando à contemporaneidade. O século XIX é considerado por muitos como o “século das ciências”, não só pela possibilidade de avanços do período, mas também pela aura otimista que se perpetuava na Europa no período, mesmo com algumas guerras localizadas. É no século XX, com a eclosão da Primeira Grande Guerra em 1914, que esse ar otimista vai sendo substituído por uma perspectiva mais intimista e individual, principalmente porque pela primeira vez, as ciências estavam sendo utilizadas como meios de destruição, perdendo parte de uma essência progressista.

produção historiográfica que trata do ofício do historiador, na construção de seus textos e da escrita dessa história.

Alguns textos foram surgindo na tentativa de se definir esses recortes, mas pensados menos como modelos fechados em sua acepção do que como ponto de partida para um diálogo que perpassa a crítica a uma produção historiográfica de João Brígido. Eles nos apontavam para um horizonte de discussão que ajudou a pensar o que era e por quais caminhos se produzia narrativas históricas no século XIX, em meio a uma série de elementos que já fazem parte dessa sociedade letrada que se dedicava a chegar a uma escrita que trouxesse uma verossimilhança da realidade para as linhas no papel.

Percebendo que o contexto no qual foi desenvolvida essa escrita entra na perspectiva de notar como se formata essa produção em si, dentro das escolhas do autor de como fazer esses textos chegarem aos seus leitores e os formatos dos textos e dos livros, iniciamos aqui esse diálogo trabalhando a questão do intelectual escritor no século XIX trazida por Stephen Bann em seu *As invenções da História*. Logo na introdução, o autor chama atenção para as conexões históricas entre a disciplina História, que havia se desassociado da filosofia, o museu histórico, as pinturas e o romance. Chamo atenção para este último: o romance (a ficção) acabou sendo algo discutido em paralelo com essa escrita da história, por andarem de mãos dadas. Para rapidamente trazer Peter gay e seu *O Estilo na História* ao diálogo, lembramos que esse estilo, não é um mero ornamento ou uma roupagem do pensamento, como já trabalhavam os românticos, mas sim parte da sua essência do objeto. O historiador é um escritor, um narrador. Ele pode até se posicionar diferentemente de um autor de ficção perante aos “fatos” e aos documentos, mas ao escrever, o historiador revela como vê o seu mundo histórico, já que “toda percepção é uma interpretação; a mais simples observação (como disse Goethe há muito tempo atrás) já é uma teoria. Os fatos nunca são neutros; vêm impregnados por juízos de valor” (GAY, 1990, p. 176).

Atentando para a relação entre percepção-interpretação, retomemos Bann, em seu artigo *Analisando o Discurso da História*, presente no livro já citado, no qual o autor trabalha com interpretações da história, relacionando-as diretamente ao formato da escrita da história no final do século XVIII e no século XIX. Enquanto a História, como disciplina estava ligada a Filosofia, a sua escrita estava fincada na Retórica. No mesmo momento que a história adotava seu paradigma “científico”, segundo Bann, ela “aparelhou-se com novas ferramentas de

análise: no próprio estágio que a retórica deixou de ter um domínio soberano sobre os vários modos de composição literária” (BANN, 1994, p. 55).

Assim, utilizando-se de um processo desenvolvido por Lionel Gossman, acadêmico e crítico literário, para trabalhar esse momento, Bann analisou e caracterizou a produção da História quando ainda dominada pela retórica, posteriormente, os momentos que se seguiram em busca da “história-verdade” e, finalmente, a ressignificação de valores em momentos posteriores.

Dialogando com Gossman, Stephen Bann articulou em seu texto os três estágios propostos pelo crítico literário, juntamente com o posicionamento de alguns historiadores em se tratando de suas respectivas escritas. De modo sucinto, o que se desenvolve é que até do final do século XVIII, a construção de textos utilizando-se da retórica dominava toda produção literária, e nela se inclui a escrita da história. Assim essa produção girava em torno da argumentação e de um estilo que cativasse o leitor, envolvendo-o nas tramas que se desenrolavam no decorrer dos enredos e discursos. Bann demonstra que, quando algum texto aparecia fora desse formato proposto e trazia em sua estrutura notas de referências, seus autores eram criticados, sob a acusação² de não serem competentes o bastante para inserir em seu corpo de texto, e com isso em seu enredo, as informações trazidas em anexo.

Em oposição a isso, na década de 20 do século XIX, Leopold von Ranke e Augustin Thierry trabalhariam sob um novo auspício: a história como disciplina, no qual a questão da verdade veio à tona e foi justificada pela presença de documentos que corroboravam com as posições levantadas pelo seu autor. A perspectiva de se exaurir as fontes, retirando delas todas as informações da verdade buscada, juntamente com a possibilidade da recriação da realidade de acordo com a descrição no papel, mostrando a verdade dos fatos e a categorização dessa produção ligada a documentos “inéditos” que confrontam posições anteriormente levantadas iria caracterizar o surgimento dos *estudos históricos* como perspectiva de trabalho da então nova disciplina acadêmica. A escrita nesse ponto tornou-se um indício e também uma prova da realidade, no qual a narrativa assume uma aceção do real. Assim ter-se-ia início o segundo estágio de Gossman, desenvolvido pro Bann, em seu estudo.

² Aqui entra uma referência a outro artigo de Bann, presente no livro trabalhado, chamado *A história e suas irmãs: direito, medicina e teologia*, no qual o autor vai discutir a relação entre essas quatro disciplinas e como há um relevante contato entre elas e a história, gerando desse diálogo a formatação da história como disciplina acadêmica e a apropriação de elementos da história por estas disciplinas.

Posteriormente, após meados do século XX, o que se tem é uma retomada da retórica, trazendo-a de novo para dentro da história e ressignificando sua função dentro da disciplina, na qual para se compreender a historiografia, utilizou-se daquela sob uma nova perspectiva, a partir do diálogo entre a linguística e a semiologia, na compreensão de um *sentido* ou de um *estilo*, assim como trabalhou Hayden White (WHITE, 1992).

O que é relevante para nossa pesquisa, em se tratando de um diálogo com Stephen Bann e alguns de seus artigos em *As invenções da história*, foi perceber como se posicionou a produção historiográfica de João Brígido dentro de sua relação com a disciplina histórica e em que momento dessa passagem entre a retórica dominante e a ausência dela configura-se essa produção, pois há alguns elementos dentro dessa construção do discurso das primeiras linhas sobre a história do Ceará que apontariam para a formatação da retórica como mediadora dessa produção. Não é a toa que alguns intelectuais apontam para a produção de João Brígido alegando ser ele um cronista e não um historiador, como comentamos. O debate inicia-se aqui, com essa discussão com Bann e as relações entre a retórica, a história-ciência e o posicionamento de João Brígido em seus textos historiográficos.

Essa perspectiva do modo como se caracterizaria essa produção, parte da leitura da obra de Peter Gay, *O estilo na história*. Na definição do que seria esse estilo, é encontrada logo na introdução: “O estilo é um centauro, reunindo o que a natureza como que decretou que se mantivesse apartado. É a forma e é o conteúdo, entrelaçados para formar a tessitura de toda arte e todo ofício – e também a história” (GAY, 1990, p. 4).

Muito do que será discutido por Peter Gay servirá para adensar mais ainda o debate entre o posicionamento da história entre a arte e a ciência, entre o estilista e o cientista. Já que o autor coloca o estilista/historiador numa posição de escritor profissional e de leitor profissional, a postura deste produtor de textos entra na discussão acima citada, mas como leitor, ele deve prezar por uma qualidade quase que literária em sua interpretação perante os fatos e assim o *estilo*, segundo Gay, podendo-se assim “constituir um objeto de satisfação, um veículo de conhecimento ou um instrumento de diagnóstico” (1990, p. 17-18).

O que se torna necessário de enfatizar é que o *estilo* fornece informações não só sobre o estilista, mas sobre a sua cultura e o seu *campo histórico* (como Hayden White desenvolveu). Chegamos assim ao mundo do ofício do historiador, no caso, o de João Brígido, através do estudo do que seria o *estilo* dele, partindo dessa relação na qual o historiador ao observar e refletir, ao mesmo tempo, age, numa tentativa de ressignificação do

mundo ao redor e dentro de si, influenciando nesse mundo. Ao se perceber, por exemplo, os recortes cronológicos e espaciais que João Brígido fez em suas pesquisas, eles têm que ser compreendidos muito além de uma construção. É quase uma descoberta, pois a ordem e o período estão fincados e mortos no passado e parte da compreensão dos caminhos de uma pesquisa tendo a historiografia como objeto, se dá no momento que o historiador em questão encontrou seus objetos e seus recortes.

A partir do diálogo com Hayden White, os caminhos que decidimos seguir foram na perspectiva de compreensão de como se procede a escrita da história de João Brígido e tentar entender também seu posicionamento quanto à escrita, já que além de vê-lo como cronista ou historiador, é importante também perceber que essas duas posições não são antagônicas. Na verdade, existe uma sincronia entre as duas perspectivas, porque a escrita da história no Brasil e no Ceará, quando ainda estavam em formação, buscavam modelos ideias de como se deveria ser escritas. Dentre os modos de escrever, a crônica é uma das formas de se escrever história mais utilizadas por João Brígido. Isso o posicionaria entre um literato e um historiador, já que aqueles momentos colocados por Bann, a respeito da mudança do modo de escrever história não são tão apartadas: a retórica passeia com a história documental. Critica-se a ausência de fontes, mas mesmo assim a produção tem seu respeito e seu lugar entre os pares.

Essa falta de coesão talvez se torne mais clara, se observarmos a escrita de João Brígido, pelo fato de que os textos que se encontram na obra *Ceará – Homens e Fatos*, por exemplo, serem de datações diferentes, quando se consegue distinguir a sua origem, por tratarem de temas diferentes e formatos diferentes dentro da mesma obra.

Este contato mais denso com as perspectivas levantadas que embasasse de forma mais enfática a questão da escrita do que seria a “obra histórica”, ajudam a perceber certos posicionamentos nessa escrita – como a escolha por um determinado formato para escrever certos textos – em função da posição partilhada por João Brígido como participante de um universo de discurso característico dentro do qual eram possíveis diferentes formas de se produzir uma reflexão histórica (WHITE, 1992, p.20).

Assim, foi na procura pelos indícios e pelas evidências empíricas desse sujeito, registradas na construção de suas experiências que chegaram a nós, fragmentadas, que analisamos como se deu esse processo de concepção de uma escrita da história do Ceará. Entre esses indícios, o primeiro texto de caráter historiográfico publicado por João Brígido, no

Jornal O Araripe, em fevereiro de 1859 e o último livro publicado por ele em vida, em 1919, fizeram-nos compreender o período pelo qual essa produção se desenvolve. Esse mesmo texto publicado em 1859, chamado de *Apontamentos para a História do Cariri*, perpassou vários momentos de sua produção, chegando ao livro de 1919, *Ceará – Homens e Fatos*, e se tornou fundamental de um modo geral, por mostrar um caminho, um sentido que a produção de Brígido seguiu, mas outras temáticas também mereceram atenção como as questões etimológicas, etnográficas, geográficas (estruturais e espaciais) e cronológicas, que compuseram a estruturação desse projeto historiográfico.

Contudo, observemos antes o sujeito...

JOÃO BRÍGIDO E SEU TEMPO

A discussão aqui desenvolvida parte do conceito de “Cultura Política”, desenvolvido por Serge Berstein, presente no livro de Jean-François Sirinelli e Jean-Pierre Rioux, no qual é entendida como “uma espécie de código e conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas” (BERSTEIN in RIOUX; SIRINELLI, 1998, p. 350).

Este conceito surgiu de uma releitura das Ciências Políticas e do diálogo entre antropólogos e historiadores da década de 1990, quando se estabeleceu uma ramificação no campo histórico denominado de História Cultural da Política. A partir dos diálogos desse período, estabeleceu-se que a análise da “Cultura Política” de um determinado período e lugar estaria relacionada a compreensão de um domínio de códigos culturais e o uso e apropriação que determinados grupos fazem deles, fazendo-os circular. Esse conceito pode, ainda, ser analisado como a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população. (BERSTEIN in RIOUX; SIRINELLI, 1998)

Um dos principais desafios de nosso trabalho foi adentrar as discussões, construções de discursos e interações entre vários intelectuais cearenses durante o século XIX e de, alguma forma, tentar evidenciar como esses sujeitos viam, sentiam e viviam o mundo em que estavam inseridos, como se dava assim a “cultura política” destes. No decorrer deste percurso, saltou-nos aos olhos um sujeito que nos parecia exemplificar as práticas e o pensamento destes intelectuais do século XIX, porém, João Brígido tinha uma trajetória

relativamente diferenciada de seus pares que nos motivou a esmiuçar sua longínqua obra, para que chegássemos ao sentido que era dado ao mundo por parte desses intelectuais.

Para tanto, buscamos compreender como se dava o universo de discussão dentre esses intelectuais das letras e das escritas da História, já que uma vez que nos ficasse claro o sentido que era dado ao mundo por parte desses sujeitos, os modos como se relacionavam entre si viriam à tona. Assim, elogio, homenagem, crítica, ofensa se entrelaçaram nessa representação do real que tentamos construir para evidenciar afinal, quem era esse sujeito, igual e diferenciado, que perpassava espaços de produção e que publicou textos de meados dos oitocentos até a segunda década do século ulterior. Buscamos entender o sentido que esse sujeito dava ao mundo, o que ele entendia como mundo, mas para isso, precisamos deixar claro o que João Brígido pensava de si mesmo, como se via dentre seus pares e como construiu sua própria representação.

Sandra Pesavento entende representações como construções sociais da realidade realizada através de um mundo paralelo de sinais, como apontaram Marcel Mauss e Émile Durkheim no começo do século XX. A partir de imagens, discursos e práticas que, de algum modo, servem-nos como elementos, se não definidores, qualificadores do mundo, essas representações orientam nossa percepção sobre a realidade (a nossa própria ou a pretérita), daí as discutirmos também como uma presentificação daquilo que não mais faz parte, do que se tornou ausente (PESAVENTO, 2008). A partir dessa discussão, analisamos aqui parte do cotidiano em que João Brígido estava inserido, como também, preocupamo-nos em compreender as representações desenvolvidas por ele em seus textos sobre o passado nas narrativas históricas e em outras, principalmente nas autobiográficas.

Nesses escritos sobre o passado, constituidores de representações como discursos, João Brígido construiu um imaginário sobre o período monárquico brasileiro na então Província do Ceará³. Esse sistema de ideias sobre o passado, assim como as representações dele, alicerçaram-se na contemporaneidade, para que pudessem ganhar forma através de um texto escrito quando o “velho Brígido” completava 70 anos em dezembro de 1899, publicado inicialmente no periódico *A República*, mas inserido às pressas no livro *Ceará – Lado Cômico*

³ Tratamos como “província”, pois apesar terem sido publicados no fim da primeira década do regime republicano, estes textos autobiográficos tratam de quaisquer momentos pós transição de regimes e tem como os marcos iniciais o nascimento de João Brígido, em 1829, englobando boa parte do período Imperial brasileiro.

no mesmo ano. No ano seguinte foi publicado um segundo texto autobiográfico no mesmo periódico e serão esses dois textos dos quais partiremos com nossa análise.

Se nós devemos apresentar o sujeito que produziu textos que nos servem de fonte para nossa pesquisa, mais prudente seria dar voz a ele e deixá-lo apresentar-se:

Hoje, completo 70 anos, e antes que alguém fale disto, falo eu que tenho mais direito. Se é feio ter 70 anos, mais feio será negá-lo.
Nasci na Vila de S. João da Barra, a 3 de dezembro de 1829, dia de S. Francisco Xavier, disse minha santa mãe, e notei no meu primeiro *aidememoire*, quando fazia as primeiras letras. Nasci, portanto, *capixaba*. Logo após uma lei desanexou aquela vila, reunindo-a à Província do Rio de Janeiro. Não protestei, porque mamava. (BRÍGIDO, 1899, p. V)

Permeado pelo tom pilhérico, esse texto autobiográfico (juntamente com outro, publicado um ano depois), aponta para alguns elementos que se mostram essenciais para a compreensão do imaginário construído por João Brígido sobre os sertões do Ceará como espaço habitado por ele desde os dois anos de idade, evidenciando o sentido que dava ao mundo onde cresceu. Esses textos serão importantes nesse sentido já que recuperam imagens do vivido, evocando uma memória que ele restaura em detrimento a outras para compor sua autobiografia. O jogo de lembrar e esquecer perpassou seus sentidos e encontrou, no centro da construção social que eram suas representações, as sensibilidades que o ajudaram a selecionar e construir suas memórias.

Entendemos aqui sensibilidades como

[...] uma forma de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas. [...]

Mas, ao mesmo tempo, as sensibilidades correspondem também às manifestações do pensamento ou do espírito, pela qual aquela relação originária é organizada interpretada e traduzida em termos estáveis e contínuos. Esta seria a faceta mediante a qual as sensações se transformam em sentimentos, afetos, estados da alma. (PESAVENTO in PESAVENTO; LANGUE, 2007, p. 10)

A dor figura assim como elemento conector que perpassa toda sua autobiografia, ainda que sempre tratada com pilhéria e ironia. Aos 70 anos, com uma postura política definida⁴, o autor faz um levantamento dos pontos considerados por ele importantes de sua trajetória de vida e é a partir dessas escolhas, que uma estrutura de sentimentos e sensibilidades começa a tomar forma. Ao racionalizar e por no papel suas experiências escolhidas, João Brígido manifesta também seus sentimentos, descortinando o conhecimento

⁴ Ainda ligado à oligarquia liderada por Nogueira Aciolly, inclusive trabalhando como seu advogado.

sobre o mundo em que estava inserido, juntamente com as construções mentais fundamentais para o desenvolvimento desse texto.

Para além da discussão, situemos melhor esse sujeito.

João Brígido dos Santos nasceu em 03 de dezembro de 1829, na vila de São João da Barra, uma localidade capixaba que posteriormente foi anexada à província do Rio de Janeiro. Veio a falecer em Fortaleza com quase 92 anos, em 14 de outubro de 1921.

Seu avô paterno foi Manoel Brígido, que ocupou funções no governo durante o período regencial, este residia no Icó, região do cariri no interior cearense e alguns anos após o nascimento de João Brígido, em 1831, seu pai, Ignácio Brígido, decide regressar ao Ceará, sua terra de origem com sua mulher e filhos, estabelecendo-se em Icó, mas com uma banca de advogado itinerante, o que possibilitou a ele exercer a função em diversas comarcas.

Por influência paterna, João Brígido teve uma educação inicialmente caseira e, posteriormente, em instituições de ensino locais até sua adolescência. Seu avô, Manoel Brígido, defendia que seus filhos e netos deveriam ter uma formação intelectual e na vila do Icó, já vinha florescendo algumas instituições ainda no período em que Ignácio desenvolvia sua formação. O responsável por essa educação caseira de João Brígido, inicialmente, foi o próprio pai, uma herança de seu avô.

Quando na adolescência, João Brígido fixa-se definitivamente em Fortaleza com toda sua família: Seu pai Ignácio Brígido, sua mãe Vicência Maria de Jesus e seus sete irmãos. O ano era 1846 e este também marca o início das atividades jornalísticas de João Brígido escrevendo no “Zéfiro”, periódico organizado e produzido juntamente com outros estudantes do Liceu.

Aos 21, casa-se com Maria Joana e, além da jornalística que já vinha se desenvolvendo, inicia sua carreira como advogado de rábula, passando a exercer a função pelos sertões do sul do Ceará, onde havia passado parte de sua infância e também por parte dos sertões da Paraíba, Pernambuco e Bahia. Alguns anos mais tarde, em 1854, fixou residência com sua mulher e lá nasce sua primogênita. Um ano depois, torna-se redator e colaborador d’O Araripe, periódico local.

No fim da década de 1850, publica fascicularmente seu primeiro grande estudo a respeito das origens do Ceará. Denominado *Apontamentos para a História do Cariri*, esse texto desponta em fevereiro de 1859 nas páginas d’O Araripe e anos mais tarde são editados e publicados pelo Diário de Pernambuco, um dos maiores periódicos no norte do império no

período. Essa publicação lhe rende o convite para ingressar como membro no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1962. Na época, ele já exercia a função de professor da cadeira de Língua Nacional, após ter sido aprovado em concurso público no ano anterior.

Anos depois, participa como redator e colaborador, juntamente com Thomas Pompeu Filho, do periódico O Cearense. Nesse período, início da década de 1870, ele fazia-se presente na câmara municipal como vereador, chegando a ser deputado provincial e deputado geral. Seus cargos políticos não o impediam de continuar sua carreira jornalística, já que além de escritos políticos (em sua maioria), produziu também escritos que tratassem da origem do Ceará – histórica e geograficamente. A produção desses textos torna clara sua ideia de intelectual e da função deste para a sociedade: o esclarecimento, a superação da força pela razão, a vitória sobre as armas e a firmação do pensador – o homem de Estado.

IDEAIS MAÇÔNICOS NA FORMAÇÃO DE JOÃO BRÍGIDO ENQUANTO INTELLECTUAL

A Maçonaria, enquanto instituição, construiu no Brasil uma verdadeira relação de amor e ódio entre seus membros e os poderes oficiais do estado. É bem verdade que em alguns momentos esses dois grupos se entremeavam, ocasionando de até o símbolo máximo do estado imperial, o Imperador D. Pedro II, ter feito parte da instituição.

Contudo, durante o século XIX, principalmente após a independência, essas casas maçônicas se espalharam pelo país, e em Fortaleza, isso não foi diferente. Vários eram os intelectuais que buscavam no abrigo de suas “lojas” a divulgação de concepções de suas visões burguesas e laicas de sociedade. Os membros pertencentes a essa instituição tentavam disseminar seus ideais de uma revolução intelectualizada, carregando o estandarte de uma modernidade ascendente de ideais iluministas pós-revolução francesa. Muitas dessas ideias se chocavam com a estrutura político-administrativa do Império, bem como com os ideais de sociedade constituídos a partir da mais forte instituição estabelecida no Brasil: a Igreja Católica. Em defesa de uma sociedade laica, esses intelectuais que adentravam, cada vez em maior número, nessas lojas maçônicas, passaram a formatar seu pensamento a partir dessa perspectiva filosófica de ascensão da razão em detrimento do dogmatismo e conservadorismo católico, que estava presente na vida de seus seguidores não somente ao frequentarem os seus templos, mas também através da imprensa e da educação.

Deve-se salientar que a maçonaria no Brasil teve além desses intelectuais laicos, membros do próprio clero, mas de orientação liberal, mais uma vez denotando essa relação intrínseca de disputa entre a instituição maçônica e o estado. Ao lutar contra esse conservadorismo do poder estabelecido pela Igreja Católica, ainda oriundo de uma estrutura que se desenvolveu no período medieval, esses “pedreiros livres” deixavam claras as suas perspectivas de liberdade, igualdade e fraternidade, sob o auspício de ideais liberais burgueses, em oposição à vinculação existente entre o poder imperial e a essa instituição religiosa, que segundo estes intelectuais liberais, pautavam a vida cotidiana a partir de uma tradição estabelecida e de uma doutrina amplamente difundida. Esse cotidiano adequado à doutrina católica ia de encontro à racionalidade tão defendida pelos “pedreiros livres” desde a fundação da instituição. Em Fortaleza essa disputa no campo das ideias só tornar-se-ia mais evidente e acessível ao grande público, a partir do final da década de 1860. Até então, as concepções de mundo partilhadas pelos membros dessa instituição filosófica⁵ se difundiam pelo mundo como um ponto de referência àqueles que defendiam um rompimento entre as limitações infligidas pelos poderes absolutistas monárquicos e da Igreja e o fato desta ser uma instituição que funcionava (e ainda funciona) sob um caráter secreto fazia com que confabulações a respeito de emancipações políticas ou de qualquer outro aspecto que pudessem ser malvistas pelo poder oficial, pudessem crescer e se difundir por entre as “lojas” maçônicas e com isso, ter um maior alcance entre esses intelectuais liberais.

Ação dos maçons em Fortaleza a partir de 1860.

O que se viu em Fortaleza, a partir do final da década de sessenta foi uma busca pela loja maçônica tendo em vista a possibilidade de discussão de ideais burgueses, racionais e cientificistas, dentre seus membros letrados, o que até suprimia o caráter secreto que a instituição possuía, principalmente após a fundação do periódico maçônico *Fraternidade*. Como já foi colocado anteriormente, um dos campos de grande difusão do dogmatismo católico foi a imprensa, e o crescimento de uma imprensa maçônica em Fortaleza fez com que o embate entre maçons e católicos conservadores se tornasse mais presente e conhecido do grande público. Para Berenice Neves,

⁵ O termo “instituição filosófica” torna-se passível de uso tendo em vista que a partir do aumento do número de intelectuais que passam a compor a instituição, a maçonaria torna-se um dos centros de discussão e difusão de idéias cientificistas, superando mas não abandonando o caráter inicial operativo dessa confraria.

Dentre os vários indivíduos pertencentes às elites cearenses que se filiaram às lojas maçônicas no período do Império, vale destacar o papel desempenhado por segmentos intelectuais, que tiveram na imprensa maçônica um importante espaço de divulgação de suas ideias. No caso do jornal maçom *Fraternidade*, estamos falando do experiente e polêmico jornalista João Brígido e dos então jovens Thomas Pompeu de Sousa Brasil, filho do senador de mesmo nome, Tristão de Alencar de Araripe Júnior, membro da tradicional família Alencar, do Cariri cearense, e Xilderico Farias. (NEVES in SOUSA; NEVES, 2002, p. 99).

Esse embate vai ter principalmente como objetos de vinculação de ideias o já citado *Fraternidade* e o jornal *Tribuna Católica*, baluarte de conservadorismo da instituição católica na cidade de Fortaleza.

Esse embate no campo da imprensa deixou claras as intenções e posições de ambas as partes a respeito da outra. Por um lado, os textos atribuídos aos maçons, defendiam um progresso desenvolvido a partir da laicização da vida e com isso da educação e imprensa, além da liberdade de culto e a derrubada dos defensores dos dogmas católicos que difundiam, segundo esses liberais, o misticismo, o fanatismo e com isso a ignorância dentre o povo da capital e do sertão.

Já no texto dos conservadores católicos o que se via era a tentativa de desacreditar a população perante os textos e ideias dos maçons, sempre chamando atenção para o fato de ser uma sociedade secreta, guardadora de segredos, o que favorecia a ideia de conspiradores de revoluções contra a coroa e a igreja. Como conservadores, esses membros católicos faziam questão de salientar a presença da instituição maçônica em vários momentos de revoluções e, atribuindo um sentido negativo à perspectiva de mudança, tentava assim invalidar suas ideias e posições.

Outro ponto fortemente criticado pelos defensores da situação era o fato dos membros da ordem terem sido excomungados pelo Papa. Assim, em vários momentos da vida social na provinciana Fortaleza, esses maçons eram impedidos de se fazerem presentes ou pelo menos, de ocuparem algum papel de destaque, como em casamentos e batizados. Inclusive, um dos argumentos usados por esses causídicos do iluminismo na defesa da laicização dos sacramentos, ou pelo menos do casamento, era justamente o fato de impedir que homens livres deixassem de fazer parte dos momentos ativos da vida social.

Apesar do jornal *Fraternidade* ter sido fundado em 1873, as críticas aos maçons já aconteciam anteriormente, sendo João Brígido um dos principais alvos desse segmento católico da imprensa local. Ele, juntamente com o jovem Pompeu já haviam divulgado muitos

dessas ideias maçônicas, anos antes em um outro periódico, *Cearense*, e com a fundação em 1873, esse novo meio de exposição de perspectivas da instituição, mais uma vez João Brígido se fez presente, utilizando-se de sua influência e prestígio dentro da produção de periódicos na cidade de Fortaleza e acabou sendo uma das referências na luta por esses ideais. Muitas vezes, os próprios membros conservadores atuantes na imprensa local viam em Brígido um manipulador de jovens, juntamente com os mais velhos que também frequentavam a loja *Fraternidade Cearense*, na qual João Brígido também foi orador durante algum tempo. Uma das passagens que chama atenção para tal fato pode ser encontrada em um dos artigos do *Tribuna Católica*, em 1874:

[...] Não se pode negar a identidade de idéias, porque o Sr. Dr. Pompeu diz que Deus é um vocativo sublime, e não admite religião; o Sr. Brígido, **seu mentor** [grifo nosso], propala de público por onde anda que o homem é um macaco transformado; e por isto está visto que não admite Deus, nem Christo, nem religião alguma [...].
(Tribuna Católica, 09/08/1874)

João Brígido não era apenas citado, mas evidenciado como defensor de ideias modernas e como “mentor” dos mais jovens que participavam também dessa imprensa maçônica. Importante também salientar nesta citação a presença do repúdio a teoria da evolução de Darwin dentre outros autores, por parte dos conservadores católicos. Autores como Darwin, Spencer e Comte foram lidos por esses intelectuais e seus textos serão discutidos em aulas populares que ministravam, já que a preocupação com a laicização da educação, aqui já citada, seria outro ponto debatido e defendido pelos “Batalhadores das Ideias” (*Tribuna Católica*, 10/02/1874).

A defesa de uma educação laica e liberal.

O debate a respeito da questão de laicização do ensino, assim como dos livros utilizados e da imprensa em geral não tem sua origem com o periódico *Fraternidade*, apesar do grande alcance que esse veículo de comunicação teve na divulgação da posição partilhada por esses maçons.

Dois anos antes, já se achavam mais uma vez João Brígido e Pompeu Filho a levantarem essa bandeira liberal para a discussão geral. Porém, é com a chegada do periódico maçônico que a defesa da liberalização da educação ganha força, dando origem posteriormente a escolas mantidas pela maçonaria.

Defendendo a ciência como conteúdo de instrução, seja pelos escritos de Julio Verne (*Fraternidade*, 18/08/1874 e 03/11/1874), seja na perspectiva de crença na ideia de repetição de fenômenos para se ter um modelo reduzido da análise de uma sociedade, ou mesmo, na concepção do estudo do “momento histórico” no qual o meio social, atrelado à raça e inserido em uma moralidade iria produzir uma estética: a ideia de “progresso” e “civilização” (GARDINER, 1969), os ideais positivos e liberais para a sociedade a partir de uma valorização da produção científica tornava-se a grande bandeira desses maçons ao instruir seus alunos.

Durante o período em que esteve em funcionamento (1874-1875), a Escola Popular, criada com a intenção de prover instrução aos proletários e outros membros das camadas menos abastadas de Fortaleza, foi um reduto de divulgação de noções científicas e pensamento laico através de aulas de língua nacional, Frances, aritmética, geografia e história.

Balizados em defesa de que a educação por excelência é formadora do homem moderno e que o livraria da cegueira dogmática das crenças católicas, é possível se notar uma vinculação entre os maçons da loja *Fraternidade* (e com isso, ao jornal *Fraternidade*) e até mesmo da *Academia Francesa*, grupo fundado em 1871, que intencionava ler e debater textos da filosofia positiva, principalmente de Auguste Comte. Esse grupo, formado por Capistrano de Abreu, Rocha Lima, Thomas Pompeu Filho, Tristão de Alencar e Xilderico de Farias, entre outros, chegou a organizar algumas conferências na Escola Popular, mostrando o quão intrínseca era a relação entre a loja maçônica (e o seu periódico), a *Academia Francesa* e a Escola Popular, já que alguns desses intelectuais era conhecidos maçons e transitavam, de alguma forma, pelos todos estes âmbitos, como é o caso de Xilderico de Farias, Thomas Pompeu Filho, Tristão de Alencar e o próprio João Brígido.

O pensamento liberal e parte da produção de João Brígido.

João Brígido já havia lecionado aulas de várias disciplinas desde muito tempo, sendo inclusive aprovado em concurso publico para assumir a cadeira de Língua Nacional, no Liceu do Ceará em 1861. Como desde o final da década de 1850, ele já vinha coletando documentos e fontes orais a respeito do passado da região do Cariri, interior sul do Ceará, e de demais regiões, em uma tentativa de abarcar toda a história da província, compendiar e publicá-la em seus livros, não é de se espantar que em 1885, João Brígido tenha organizado

algumas questões sobre o passado do Ceará e publicado o livro *Resumo de História do Ceará para uso das escolas primárias*.

Disposto a suprir o que julgava ser falta de material didático para alunos das primeiras series letivas, essa obra é na verdade um apanhado de lições por ele formuladas a respeito de eventos políticos, administrativos e militares que compuseram em sua opinião a formação da então província do Ceará e que até então não havia sido ainda bem desenvolvidas, ou pelo menos esquematizadas.

Esta obra traz em sua introdução um texto que contem algumas questões que podem ser levantadas a partir dos primeiros que se dispuseram a escrever as linhas iniciais a respeito do passado da então província do Ceará. Esse texto de 1885, dois anos antes da fundação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, cita quatro grandes nomes das letras locais, em uma tentativa de legitimá-los enquanto pensadores iniciais do Ceará, produtores de texto a esse respeito, além do texto servir também como registro aos intelectuais que estivessem por vir. Pedro Theberge, Thomaz Pompeu, Tristão de Alencar aparecem nessa introdução como os pioneiros na busca por fontes que os ajudassem a confeccionar uma história para o Ceará. João Brígido cita inclusive Alencar como o responsável pelas primeiras indagações a respeito desta busca pela origem de uma história para o Ceará e se põe como um dos primeiros a divulgar textos sobre esse aspecto, já que ele é o quarto elemento desses pioneiros da escrita de uma história que superava seus anteriores.

Quanto a esses anteriores, ele não negava a existência de escritos sobre o passado do Ceará, mas era enfático sobre como se havia produzido até então: “O Ceará não tem ainda uma história propriamente dita. Quanto se tem escripto consta de memórias, noticias de jornaes, chronicas, etc., tudo disperso, sem methodo nem systema.” (BRÍGIDO, 1885, p. 6).

Essas lições componentes da obra deflagram em suas entrelinhas parte do que era o pensamento liberal maçônico de Brígido no período, além da própria concepção deste objeto enquanto elemento de formação intelectual laico de seus leitores. Ao difundir uma história política de formação da província, João Brígido também não enfatiza a participação da Igreja católica nessa formação, relegando a ela praticamente, apenas o seu papel na catequese dos indígenas.

Talvez o momento que a sua postura enquanto um intelectual liberal mais apareça seja nas lições que tem como principal assunto a Confederação do Equador. Analisando as ações dos que fizeram parte desse movimento pelo interior do Ceará, no período entre 1817 e

1821, e posteriormente até 1830, João Brígido assume uma postura ao produzir esses textos que deixa de lado a imparcialidade (tão cara aos historiadores dos novecentos) ao analisar a posição do Padre Gonçalo Ignácio de Loyola Albuquerque, posteriormente, Padre Mororó, um dos líderes do levante na região de Quixeramobim que tinha essa posição liberal. O olhar de Brígido para esse sujeito é de admiração pela postura adotada enquanto líder e outro aspecto importante é que anos depois, 1889, ao ser publicada a coletânea *Miscellanea Histórica*, João Brígido dedica um longo texto biográfico sobre Mororó⁶, no qual analisa o contato deste clérigo com a instituição que o formou como uma relação necessária para a formação de um sujeito que não se calaria perante as angústias da condição humana ou a opressão dos homens.

Outro momento a ser salientado na coletânea de lições publicadas em 1885 é o que diz respeito à proclamação da República no Brasil. Considerando o evento como um motim militar, João Brígido viu que além da organização por parte do exército, o que levou o Imperador a perder sua coroa, além da abolição dos cativos que o fizera perder a estima da nobreza do país mantenedora de latifúndios em várias províncias, foi também uma dissensão entre a Igreja Católica e o Estado. Esse aspecto foi necessário para que se pudessem desenvolver os ideais republicanos para então se chegar nessa nova forma de estado laico.

JOÃO BRÍGIDO E SUA PARTICIPAÇÃO NO MEIO POLÍTICO E JORNALÍSTICO CEARENSE

A política é, no Brasil, o grande inconveniente de se aprender a ler. Por todo caminho que a gente escolha vai dar com as ventas na política. (João Brígido em *Ceará – Lado Cômico*, 1890)

A atuação de João Brígido na imprensa do Ceará durante a segunda metade do século XIX e as décadas iniciais do século XX é realmente relevante. Vários foram os periódicos que trouxeram textos desse jornalista. Ele mesmo elenca na segunda parte de sua autobiografia, publicada no livro *Ceará – Lado cômico*, alguns dos quais ele se fez presente na perspectiva de versar sobre o cotidiano a partir de seu ponto de vista.

⁶ Além de Mororó, algumas outras biografias são encontradas nesse livro como a de Pessoa Anta, Carapinima, entre outros. Ao que nos parece, os sujeitos escolhidos para tem suas vidas esmiuçadas passaram por uma seleção de João Brígido, na qual praticamente apenas aqueles que tivessem ligações com a Confederação do Equador, far-se-iam presentes.

D’*O Zéfiro* na segunda metade da década de 1840, quando ainda era estudante do Liceu em Fortaleza, até a fundação d’*O Unitário* em 1903, do qual foi redator-chefe e principal organizador, João Brígido tentou se fazer presente de uma forma tão intensa através dos periódicos, que logo recebeu a alcunha de polemista nato e jornalista combativo. Sua principal característica com relação a esse seu local de atuação foi, na medida do possível, manter ataques constantes àqueles que lhes eram contrários. Não por acaso, Raimundo Girão assim definiu *O Unitário*, derradeiro periódico fundado por Brígido, assim como seu idealizador “foi seu principal fundador e diretor João Brígido dos Santos. Irrequieto, combativo, destemeroso e culto, foi Brígido a mais forte e, diga-se, a mais violenta expressão do jornalismo no Ceará, tendo fundado diversas folhas na sua longa existência de 90 anos.” (GIRÃO, 1985, p. 396)

Como conhecedor e crítico dos escritos de João Brígido (não só enquanto jornalista, mas de modo mais geral), Jader de Carvalho tenta definir esse intelectual a partir de sua escrita:

[...] A um só tempo, contraditoriamente explosivo, ferino e frio, quer no estudo do passado, quer no trato do presente, agia sempre de acordo com os seus sentimentos, os seus pontos de vista, as suas inclinações filosóficas, políticas e pessoais. Nas chocantes facetas do seu espírito é que reside, sem dúvida alguma, a complexidade de sua obra – vasta, viva, com intervalos de paz e guerra. (CARVALHO, 1969, p. 15-16).

Essa relação entre seus escritos jornalísticos e seu engajamento político é tão intrínseca que este seu último e mais incisivo instrumento a destilar injúrias contra seus adversários políticos, recebia como que sub-titulado a epígrafe “jornal político”. Anos depois, entre 1910 e 1911, *O Unitário* passou a ostentar a inscrição “Órgão do Partido Republicano Liberal”. Não por acaso, dez anos antes, quando ainda participava do periódico *A República*, ele escreveu:

Devo prevenir ao público que sempre fui liberal. Assim como conservador vem a ser todo o bicho humano, que subscreve os caprichos do seu tempo, liberal é todo aquele que não se conforma com eles e dá-lhes um pontapé, reclamando sempre coisa melhor, à sua imagem ou fantasia.
Sempre estive em revolta com as situações que atravessei, me parecendo, ainda hoje, que este mundo não presta, e que o outro dos poetas e dos padres não há de ser lá o que eles dizem. (*A República*, 03/12/1900)

Quanto ao posicionamento político de Brígido, vale salientar que até o fim do estado imperial brasileiro, ele era um monarquista assumido, carregado de respeito à figura de D. Pedro II. Com a instauração de um sistema republicano no Brasil, Brígido assumiu uma postura a favor do novo sistema, mas ao mesmo tempo evidenciou as diferenças existentes dentre desse conceito de “republicanos”. Vale considerar, pelo menos, a oposição entre deodoristas e florianistas nos primeiros anos do novo sistema, que já mostravam como esse ainda era instável e João Brígido faz parte dos apoiadores do Marechal Floriano Peixoto em detrimento aos que seguiam as indicações do Marechal Deodoro da Fonseca.

João Brígido deixa clara sua admiração ao segundo presidente da república a assumir, em cartas trocadas com membros da conhecida família Boris – comerciantes franceses que residiam no Ceará e dos quais, João Brígido era advogado. O que se nota em meio a ideais e posições políticas adotadas por aqueles que tentavam se adaptar ao novo regime é muito mais uma flexibilidade – para não utilizar até o termo oportunismo – destes que em sua maioria tentavam se inserir em um contexto econômico que tem traços do antigo sistema, mas que no período, ganha contornos burocráticos mais enfáticos e, entremeando-se com uma perspectiva que tinha os cargos públicos como alvo, passam a formatar um amálgama que tanto reflete a estrutura político-administrativa do país, até os dias atuais.

A maioria dos que partem para as coligações políticas estava muito mais interessado em tirar vantagens lucrativas de questões que envolvem obras públicas ou acordos comerciais. Além das questões políticas envolvidas, João Brígido também aparece, como foi comentado, tendo os irmãos Boris como clientes, e obviamente, defendendo os interesses destes e os seus próprios, como a relação com posição favorável à candidatura de José Freire Bizerril à presidência do estado, assim como seus deputados, questões envolvendo o porto de Fortaleza ou os embates indiretos entre o próprio Brígido e Ibiapaba, referente à mina de cobre descoberta em viçosa, no período.

Antes da fundação d’*O Unitário* em 1903, João Brígido mantinha relações intensas com Nogueira Acioli, político influente que chegou a ser presidente da província, e seus correligionários. Essa relação foi rompida por Brígido, segundo ele mesmo, quando em 03 de janeiro de 1904, aconteceu a greve dos catraieiros, devido a imposição de uma lei do então presidente do Ceará, Pedro Borges, um dos correligionários de Acioli, para o alistamento dos trabalhadores do mar - pescadores e catraieiros – na Armada da Marinha.

Esse levante de trabalhadores foi fortemente revidado pelas forças oficiais que foram enviadas ao porto para, utilizando-se da força, repreender os representantes de modo exemplar.

Apesar da já existência do periódico de Brígido – e principalmente, de muitos de seus textos cáusticos – foi a partir do levante desses trabalhadores que ele rompe em definitivo com Acioli e passa a ser um de seus mais ferrenhos opositores. É a partir de então que o experiente jornalista iria definitivamente se estabelecer como, além do mais voraz crítico dos posicionamentos adotados por Acioli, um dos mais celebres jornalistas do Ceará.

Relação entre carreira política, jornalística e intelectual de João Brígido.

Pelos seus próprios escritos e pelo que os outros publicaram ao seu respeito, João Brígido parecia não se preocupar em ter inimigos, sejam eles políticos ou pessoais. De fato, parecia-lhe prudente ter opositores, chegando inclusive a escrever, a respeito do período em que foi advogado pelos sertões, que:

[...] Foi ocasião de fazer mais inimigos; e isto me serviu muito, para andar direito. É bom ter-se sempre uma meia dúzia, pelo menos; servem de embono, para a canoa não virar.

Diz a regra: - Quem tem inimigos não dorme. (BRÍGIDO, 1900, p. 75)

Nesse mesmo texto, ele comenta sua participação, quando escreveu ainda no Crato, nos periódicos *O Araripe* e *O Cratense*, alegando que seus jornais seriam contra “o bacamarte reinante” e funcionaram “ensinando os matutos a se defrontarem com correspondência ao bacamarte”.

Obviamente esse seu texto autobiográfico, escrito quando ele passa dos setenta anos, trouxe elementos por ele escolhidos para compor o papel que ele acreditava exercer na sociedade. É um texto de escolhas entre o que vai fazer parte e ficar para a posteridade e o que não deve fazer parte das memórias que poderiam os seus sucessores virem a ter a seu respeito. Contudo, essa sua postura opositora a determinados grupos políticos o levou a entrar na política em 1868 e depois em 1879, como deputado estadual, chegando a ser eleito Senador estadual em 1892. Desde então sua carreira política, intercalada pelas suas participações panfletarias e causticantes em vários periódicos, fez-lhe desembocar, aos 74 anos, na criação d’*O Unitário*.

Afirmando-se como um jornal político, esse periódico era composto de quatro páginas, sendo as duas primeiras dedicadas aos textos de Brígido e de seus colaboradores e as duas finais aos anúncios publicitários. Saindo as terças, quintas e sábados, esse periódico, como já foi citado, foi o instrumento último usado por João Brígido para levantar acusações a respeito de seus opositores e ao mesmo tempo revidar as que lhe eram direcionadas.

Nota-se o quanto esse periódico tem uma função importante para se compreender o que foi essa ligação entre suas posturas políticas, relações com os seus opositores, além de sua própria análise da sociedade, através de seus textos. João Brígido participou de mais de meio século no circuito de publicações periódicas, além de vários momentos de participação em cargos políticos. A escolha por trabalhar o fim do período imperial e as primeiras décadas da república é pela forma como a principal referência feita a João Brígido se formou – o jornalista panfletário e combativo.

Sua presença em alguns cargos políticos, sua função enquanto advogado de grandes comerciantes e empresários, seus interesses em casos específicos que lhes traria algum retorno financeiro e, principalmente, o fim da relação amistosa entre ele e Acioli (juntamente com seus correligionários) são facetas que compuseram um quadro, por mais que superficial, de como se formou a imagem mais citada desse polêmico jornalista.

João Brígido faleceu com quase 93 anos, no dia 14 de outubro de 1921. Passou seus últimos anos cego, acometido pela catarata, mas que com a ajuda de sua neta Minerva Brígido Sobrinho, não deixou de publicar seus textos sempre de uma intensa acidez contra seus opositores. No ano seguinte a sua morte, a Academia Cearense de Letras o nomeou patrono de uma das cadeiras, posteriormente ocupada por Jader de Carvalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso intuito foi trazer alguns elementos que pudessem traduzir esse sujeito temporalmente distante de nós, a partir de uma aproximação do mundo intelectual na qual nos inserimos, mesmo que as dimensões, qualidades e ações sejam diferentes, buscando assim também observar a sua Cultura Política. Afinal, defendemos que, mesmo em meio a essa contraditória relação entre escritas e tempos distintos, seja possível decifrar o outro e assim, entender o mundo no qual estava inserido esse sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANN, Stephen. **As invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- BRÍGIDO, João. **Ceará** (Homens e Fatos). Rio de Janeiro: Besnard, 1919.
- _____. **Ceará** (homens e fatos). Introdução por Dra. Ivone Cordeiro Barbosa. Fortaleza; Edições Demócrito Rocha, 2001.
- _____. **O Ceará** – Lado Cômico. Ad ridenum. Algumas chronicas e episódios. Fortaleza: Moderna, 1900
- _____. **Resumo da História do Ceará por J. Brígido para uso das escolas primarias**. Fortaleza: Libertador, 1885
- CARVALHO, Jader. **Antologia de João Brígido**. Fortaleza: Terra de Sol, 1969, pg 13-14
- CÉZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da História: Historiografia e Nação no Brasil do século XIX”, in **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.
- GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1969.
- GAY, Peter. **O estilo da História**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- GIRÃO, Raimundo. **Evolução Histórica Cearense**. Fortaleza: BNB – ETENE, 1985, Pg 396.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. “História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo” in PESAVENTO, Sandra Jatahy & SANTOS, Maria Weber dos. **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008.
- PESAVENTO, Sandra & LANGUE, Frédérique (org). **Sensibilidades na História**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- SOUZA, Simone & NEVES, Frederico de Castro (org). **Fortaleza**: História e Cotidiano – Intelectuais. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica no século XIX. Trad. José Lourênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992.

Artigo recebido em maio de 2014. Aprovado em setembro de 2014.